

MEIO AMBIENTE

Governo contrata térmicas

Após 11 anos, governo abre consultas públicas que preveem a contratação de termelétricas fósseis, com subsídios milionários

» VANILSON OLIVEIRA

A 76 dias da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém (PA), o governo federal reacendeu uma polêmica no setor energético, ao publicar novas diretrizes para o Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP) 2026. A medida, oficializada na última sexta-feira pelo Ministério de Minas e Energia (MME),

prevê a contratação de potência elétrica a partir de usinas movidas a gás natural, carvão mineral e óleo diesel, consideradas fontes fósseis de alta emissão de gases de efeito estufa.

O anúncio marca a volta do carvão à agenda de leilões de energia no Brasil, após 11 anos. De acordo com dados do Instituto Internacional Arayara, a última contratação de uma térmica a carvão ocorreu em 2014, com a Usina Pampa Sul,

em Candiota (RS). Desde então, o país vinha reduzindo gradualmente a participação dessa fonte na matriz elétrica por causa de seus impactos ambientais.

O LRCAP 2025, que estava programado para acontecer em abril passado, foi cancelado pela justiça, após gerar forte reação de organizações de proteção ambiental, que levantaram questionamentos sobre os riscos e irregularidades no processo. Segundo o gerente

de transição energética do Arayara, John Wurdig, o edital projetava emissões de até 1,11 gigatoneladas de CO² até 2050, caso as usinas cadastradas entrassem em operação. “Agora, com o LRCAP 2026, o cenário se torna ainda mais preocupante, uma vez que o edital inclui não apenas térmicas a carvão mineral, mas também a óleo diesel, o que dificulta até mesmo estimar o volume total de emissões adicionais”, afirmou.

Jabutis

Nos bastidores do Congresso, o tema também é alvo de disputas. Desde 2024, dispositivos conhecidos como “jabutis” — emendas incluídas em projetos de lei sem relação direta com o tema principal — vêm sendo usados para assegurar a continuidade dos subsídios ao carvão. Um desses mecanismos chegou a ser aprovado no Projeto de Lei (PL) das Eólicas

Offshore, mas acabou vetado pelo presidente Lula.

A Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE) aponta distorções no modelo de contratação, em que os consumidores pagam mesmo quando a energia não é utilizada. “Estamos diante de um leilão que contraria os compromissos climáticos do país, justamente às vésperas da COP30”, disse o presidente da entidade, Luiz Barata.

Ricardo Stuckert/PR



O fundo será discutido na Conferência do Clima, de 10 a 21 de novembro

Fundo florestal é dúvida na COP30

» RAFAELA GONÇALVES*

Rio de Janeiro - As recentes tensões diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos podem afetar diretamente os planos do governo brasileiro de anunciar, ainda este ano, durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) em Belém, um fundo internacional voltado ao financiamento da preservação de florestas tropicais.

Batizado de Tropical Forest Finance Facility (TFFF), o mecanismo foi apresentado pela primeira vez na COP28, em Dubai, e atualmente passa por fase de estruturação. A proposta é criar uma fonte estável de recursos para apoiar países detentores de grandes áreas de floresta, contribuindo para a conservação da biodiversidade e para o cumprimento das metas globais de clima.

Para tornar o fundo operacional, o Brasil negocia com o Banco Mundial, que deve assumir o papel de instituição financeira responsável pela gestão dos aportes e pela coordenação das iniciativas. A expectativa do governo era de dar visibilidade ao TFFF como um dos principais legados da presidência brasileira da COP, mas os desentendimentos com Washington podem impor obstáculos ao engajamento internacional e à captação de recursos.

Recentemente, o assessor especial do Ministério do Meio Ambiente (MMA), André Aquino, alertou que a forte influência dos Estados Unidos no Banco Mundial pode representar um obstáculo à proposta brasileira. “A instituição financeira tem seu poder de voto definido pelo volume de recursos aportados, e os Estados Unidos detêm uma fatia significativa, superior a 30%”, explicou. “Na prática, um veto desse tipo nunca ocorreu. Mas há muitas situações que nunca tinham acontecido e que estão acontecendo atualmente”, observou.

O TFFF tem potencial de captar US\$ 125 bilhões e financiar cerca de 1 bilhão de hectares de florestas tropicais no mundo, de acordo com o MMA. A expectativa do governo é que o fundo contribua para valorizar economicamente as áreas preservadas, aumentando também o custo de oportunidade da remoção da vegetação nativa.

O economista da LCA Consultores e cientista do projeto Esse Tal do Efeito Estufa, Bráulio Borges, avaliou que a próxima conferência do clima será realizada em um cenário internacional marcado



Óbvio que o melhor cenário seria se a gente tivesse um governo americano apoiando a permanência dos EUA dentro do Acordo de Paris. A gente sabe que isso não vai acontecer e que o país não estará jogando em prol da economia global”

Daniel Contrucci,
diretor-executivo da NIL

por tensões políticas e pela volta do negacionismo climático em grandes economias. “Daqui a três meses, no Brasil, a expectativa é de alguns avanços, mesmo em meio a um clima bastante desafiador”, afirmou durante o evento A Socioeconomia do Clima, realizado pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS).

Borges afirmou que a situação se torna ainda mais complexa diante do movimento observado pelo governo norte-americano. “No final de julho, o Departamento de Energia norte-americano soltou um relatório claramente coordenado por (Donald) Trump. O texto afirma que existe aquecimento global, mas que isso não seria problema, e até poderia aumentar a produtividade agrícola. É um relatório feito sob encomenda, sem consultar especialistas, simplesmente um panfleto”, criticou.

O diretor executivo da Climate Ventures e do Nature Investment Lab (NIL), Daniel Contrucci, avaliou que a ausência de apoio dos EUA ao Acordo de Paris representa um entrave para a agenda global do clima, mas também pode abrir espaço para novas alianças comerciais e oportunidades ao Brasil.

“Óbvio que o melhor cenário seria se a gente tivesse um governo americano apoiando a permanência dos EUA dentro do Acordo de Paris”, afirmou. “A gente sabe que isso não vai acontecer e que o país não estará jogando em prol da economia global.”

*A repórter viajou a convite do iCS



A mais impactante e exclusiva comunidade de CEOs e C-Levels do país chega a Brasília.

Vem aí, em setembro

GET TOGETHER 
BRASÍLIA

Um encontro intimista com grandes lideranças do ecossistema nacional de negócios.

Para mais informações: marketing@b2bmatch.com.br